

Demonstrações Financeiras

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com relatório do auditor independente.

Relatório da administração

Senhores,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.** (“**Trinus SCD**” ou “Companhia”) relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 30 de junho de 2022.

Mensagem da Administração

A **Trinus SCD** tem por objeto social as atividades de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio eletrônico oriundos de capital próprio, cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses da lei em vigor, análise de crédito para terceiros e cobrança, atuação como representante de seguros da distribuição de seguros conforme determinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções N° 4.557/17 e N° 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, a Trinus Investimentos e Trinus SCD mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2022, os limites operacionais da **Trinus SCD**, estão contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro apresentado pela Companhia, os limites apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

Destaques do período

ASG

Movidos pelo propósito transformador, assumimos o compromisso de fortalecer nosso crescimento tendo a sustentabilidade como pilar norteador.

Para isto, contamos com uma área exclusiva para endereçar e disseminar práticas ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e de Governança) de forma transversal em todo o nosso ecossistema.

Temos trabalhado de forma consistente e comprometida, garantindo grandes avanços em 2022:

Com o propósito de capacitar e conscientizar os colaboradores sobre o correto uso do Canal de Ética, bem como dos temas e diretrizes do Código de Ética, anualmente, são realizadas inúmeras ações, tais como: eventos, palestras e treinamentos obrigatórios.

Proteção de Dados: Atenta às mudanças tecnológicas e sociais presentes na sociedade da informação, a Trinus SCD prioriza a privacidade e a segurança dos dados pessoais de todos os seus stakeholders (colaboradores, clientes, fornecedores e demais parceiros), com o objetivo de garantir a exatidão e a clareza de todo o processo de tratamento de dados pessoais.

Este ano, foi implementado um robusto Programa de Governança em Privacidade, estruturado de acordo com os princípios e diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 – “LGPD”), de outras normas aplicáveis (Resoluções do Conselho Monetário Nacional, por exemplo) e das melhores práticas de mercado (ISO 27001), além de políticas relativas a fornecedores, clientes e colaboradores, disponível em nossa intranet.

Por fim, com o propósito de desenvolver ações preventivas, educacionais e organizacionais na difusão e aprimoramento da cultura de proteção de dados pessoais e segurança da informação, a Trinus SCD investe em treinamentos de caráter obrigatório, e busca engajar colaboradores e parceiros por meio de ações e eventos.

Tecnologia

Reforçando a nossa estratégia de estar à frente na busca de soluções inovadoras para transformar o mercado habitacional, em 2022 aumentamos exponencialmente os investimentos em tecnologia, demonstrando o compromisso com evoluções digitais. Os principais destaques voltados a Tecnologia em 2022 foram:

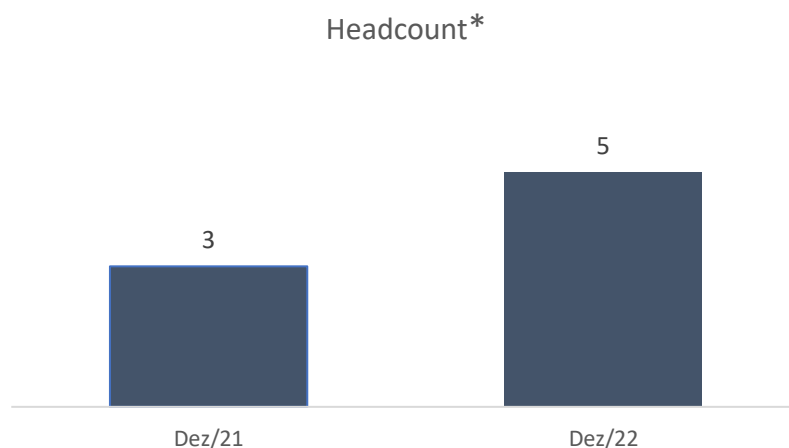
Melhorias e crescimento do nosso aplicativo para o comprador de imóveis, o Trinus App (TAPP):

i) Homologação e aprovação do PIX vinculado no TAPP para os colaboradores da Trinus vinculados à Trinus SCD (Sociedade de Crédito Direto);

Direcionamos nosso foco para o desenvolvimento e implementação de soluções tecnológicas, abrindo espaço para equipes multidisciplinares com a missão de aperfeiçoar nossos produtos digitais em toda a plataforma Trinus.

Pessoas

No período entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022, aumentamos nosso headcount com a contratação de 3 colaboradores.



* Não auditado pelos auditores independentes.

Negócio

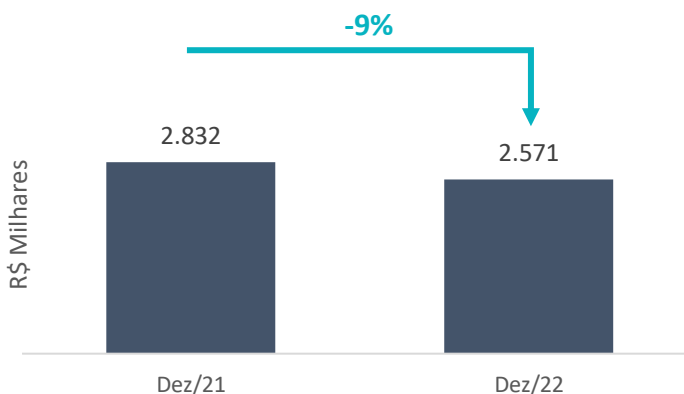
Em fevereiro de 2022, A **Trinus SCD** iniciou os testes do Trinus App, com a colaboração dos funcionários do Grupo Trinus Co, que começaram a receber suas remunerações gerando movimentações financeiras dentro da plataforma, uma estratégia adotada para acompanhamento e identificação de erros e ações corretivas antes da abertura do Trinus App para o mercado. Essa estratégia gerou um aumento significativo no volume transacionado na plataforma.

Visando minimizar os riscos de fraude no processo de abertura de contas, reestruturamos todo o sistema de KYC (Know Your Customer) e implementamos a validação digital. Em outubro a funcionalidade do PIX foi liberada para todos os usuários da plataforma TAPP, e a Trinus SCD fechou o ano com 2.570 contas, TPV YTD (Total Payment Volume – Year to Date) de mais de 52 milhões.

Apresentamos os principais indicadores que compõem o nosso resultado:

Ativos

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totalizaram R\$ 2.6 milhões, apresentando uma queda de 9% em relação ao total de ativos em 30 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 2.8 milhões.

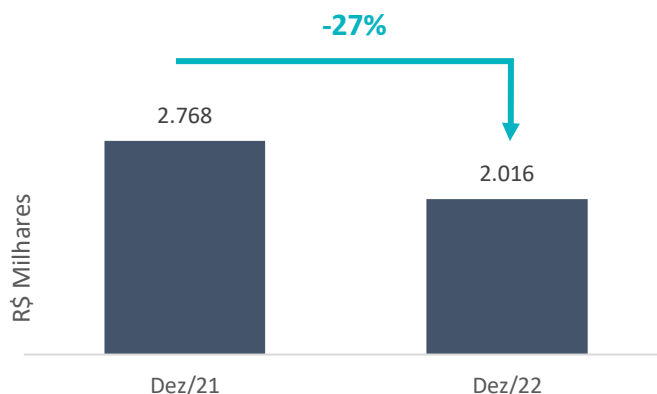


Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Aumento de 843% das disponibilidades de caixa em dezembro de 2022 em comparação com dezembro de 2021 (Nota 03).
- **Instrumentos financeiros:** Redução de 100% das cotas de fundos de investimentos em dezembro de 2022 em comparação com dezembro de 2021 (Nota 04).

Patrimônio líquido

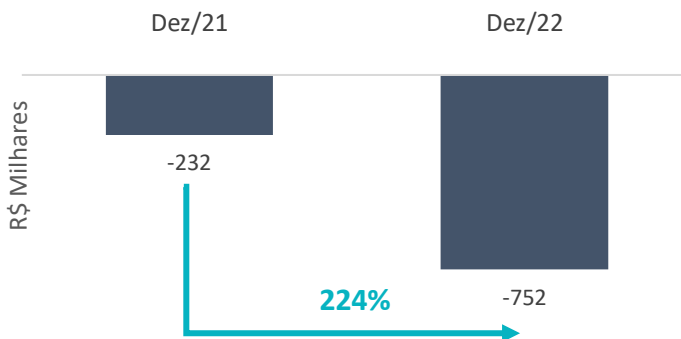
Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizou R\$ 2.0 milhões, representando uma queda de 27% em relação ao patrimônio líquido em 30 de junho de 2022, no montante de R\$ 2.5 milhões.



Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido:

- Prejuízo líquido de R\$ 463 mil no segundo semestre de 2022;
- Aumento de Capital conforme AGE de R\$ 1.6 milhões no primeiro semestre 2022.

Resultado



No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o prejuízo líquido totalizou R\$ 752 mil, representando um aumento de 224% em relação ao prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante R\$ 232 mil.

Destacamos abaixo os principais impactos no resultado:

- **Despesas de pessoal:** Aumento das despesas com pessoal estão relacionadas as contratações ocorridas no ano de 2022 (Nota 12).
- **Outras despesas administrativas:** O aumento das despesas administrativas de R\$ 33 mil em dezembro de 2021 para R\$ 230 mil em dezembro de 2022, representado pelo incremento de despesas em

infraestrutura principalmente com despesas com software para preparação operacional da companhia e despesas com serviços técnicos de terceiros (Nota 11).

Aprovada pela Administração em 09 de fevereiro de 2022

A Administração.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais 4

Demonstração dos resultados 5

Demonstração dos resultados abrangentes..... 6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... 7

Demonstração dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

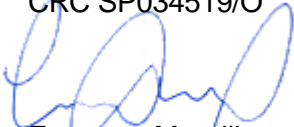
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC SP034519/O



Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balancos patrimoniais em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	dez/22	dez/21
Caixa e equivalentes de caixa	3	745	79
Instrumentos financeiros	4	-	1.146
Cotas de fundos de investimentos		-	1.146
Operações de crédito	5	1.631	1.600
Operações de crédito		1.631	1.608
(-) Provisão para operações de crédito		-	(8)
Outros ativos		195	7
Diversos		195	7
Ativo Circulante		2.571	2.832
Total do Ativo		2.571	2.832
<hr/>			
Depósitos e demais instrumentos financeiros	6	487	4
Outros depósitos		487	4
Outras Obrigações	7	68	60
Fiscais e Previdenciárias		9	5
Provisão para pagamentos a efetuar		59	55
Passivo Circulante		555	64
Capital social	8	3.000	3.000
Aumento de capital – em aprovação	8	1.600	-
Capital a integralizar	8	(1.600)	-
Prejuízos acumulados		(984)	(232)
Patrimônio Líquido		2.016	2.768
Total do Passivo + Patrimônio Líquido		2.571	2.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações de resultados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	2ºsem/22	dez/22	dez/21
Receitas de intermediação financeira		98	172	57
Receitas com operações de crédito	9	31	36	8
Receitas com aplicações interfinanceiras		15	15	-
Receitas com títulos e valores mobiliários	10	52	121	49
Despesas de intermediação financeira		-	-	(8)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(8)
Resultado de intermediação financeira		98	172	49
Outras receitas/despesas operacionais		(561)	(924)	(281)
Despesas de pessoal	12	(109)	(230)	(33)
Outras despesas administrativas	11	(452)	(700)	(244)
Despesas tributárias		(9)	(13)	(4)
Outras receitas operacionais		9	19	-
Resultado operacional		(463)	(752)	(232)
Resultado antes da tributação do imposto de renda e contribuição social		(463)	(752)	(232)
Prejuízo Líquido do semestre / exercícios		(463)	(752)	(232)
Número de ações		4.600.000	4.600.000	3.000.000
(Prejuízo por mil ações)		(0,1007)	(0,1635)	(0,0773)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	2ºsem/22	dez/22	dez/21
Prejuízo líquido do semestre / exercícios		(463)	(752)	(232)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado		-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Resultado abrangente total		(463)	(752)	(232)
Resultado abrangente atribuível aos:		(463)	(752)	(232)
Acionistas controladores		(463)	(752)	(232)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de capital	Capital a integralizar	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva especiais de lucros			
Saldos em 1 de fevereiro de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital integralizado	3.000	-	-	-	-	-	-	3.000
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	(232)	(232)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.000	-	-	-	-	-	(232)	2.768
Saldos em 1 de janeiro de 2022	3.000	-	-	-	-	-	(232)	2.768
Aumento de capital em aprovação	-	1.600	(1.600)	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(752)	(752)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.000	1.600	(1.600)	-	-	-	(984)	2.016
Saldos em 1 de julho de 2022	3.000	1.600	(1.600)	-	-	-	(521)	2.479
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(463)	(463)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.000	1.600	(1.600)	-	-	-	(984)	2.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	2ºsem/22	dez/22	dez/21
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>			
Prejuízos acumulados antes do IR e CSLL	(463)	(752)	(232)
Ajuste por:			
Juros sobre operações de crédito	(31)	(31)	8
Provisão para crédito duvidoso	-	-	8
Reversão de provisão para crédito duvidoso	-	(8)	-
<u>Varição em ativos operacionais:</u>	(529)	965	(2.769)
(Aumento) Redução de títulos e valores Mobiliários	1.215	1.146	(1.146)
(Aumento) Operações de crédito	(1.600)	8	(1.616)
(Aumento) Redução em outros créditos	(144)	(189)	(7)
<u>Varição em passivos operacionais:</u>	55	492	64
Aumento em depósitos e outros instrumentos financeiros	34	483	4
Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias	1	4	5
Aumento (Redução) em obrigações diversas	20	5	55
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(968)	666	(2.921)
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</u>			
Integralizações de capital	-	-	3.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	-	-	3.000
Aumento líquido gerado pelos caixas e equivalentes de caixa	(968)	666	79
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.713	79	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	745	745	79
Aumento/Redução em caixa e equivalentes de caixa	(968)	666	79

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A., denominada “Companhia”, tem por objeto social as atividades de operações de empréstimos, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio eletrônico oriundos de capital próprio, cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses da lei em vigor, análise de crédito para terceiros e cobrança, atuação como representante de seguros da distribuição de seguros conforme determinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

A Companhia obteve autorização para funcionamento após o comunicado emitido pelo Banco Central através do Diário Oficial em 4 de janeiro de 2021 de acordo com o Comunicado Geral nº 121000098 expedido pelo DEORF – Bacen. Assim, a Companhia iniciou suas atividades em 01 de fevereiro de 2021.

A Ata de Assembleia Geral de Constituição de 28 de setembro de 2020 definiu a origem e demais informações necessárias para o processo de aprovação junto ao Banco Central e Receita Federal do Brasil.

2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram revisadas e autorizadas pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2023.

2.1 Alterações nas normas contábeis Brasileiras

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são:

- Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 (R1))
- Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (CPC 02 (R2))
- Res. 3.604/08 - demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2))
- Res. 4.534/16 - ativo intangível (CPC 04 (R1))
- Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1))
- Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1))
- Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23)
- Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24)
- Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)
- Res. 4.535/16 - ativo imobilizado (CPC 27)
- Res. 4.424/15 - registro contábil e evidenciação de benefícios a empregados (CPC 33 (R1))
- Res. 3.959/19 - resultado por ação (CPC 41)
- Res. 4.748/19 - mensuração ao valor justo (CPC 46)

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

Em 25 de novembro de 2021 o BACEN aprovou a Resolução CMN 4.966 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Companhia está em fase de avaliação do cronograma de implementação desta norma, sendo assim, durante o primeiro semestre de 2023 será possível mensurar e avaliar os devidos impactos nas demonstrações financeiras do exercício de 2023.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentada em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e TVM que se encaixam nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2), com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários serão classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação – adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, serão ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, serão ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, serão avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com taxas pós fixadas ou indexadas a indicadores variáveis são registradas no balanço da Companhia por seu valor atualizado até a data de balanço.

As rendas com as respectivas operações de crédito são registradas no resultado de acordo com a competência em que são decorridas até o limite de 60 dias em atraso. Operações com atraso superior a 60 dias não possuem receita reconhecida no resultado de acordo com a Resolução 2.682.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são realizadas e registradas de acordo com o nível de risco atrelado às operações, levando em consideração as variáveis definidas na Resolução 2.682 do Bacen em que determina uma séria de fatores que podem levar a operação ao maior ou menor risco. Atualmente os registros obedecem ao mínimo dos nove riscos estabelecidos pela regra podendo ser de nível AA ao H.

g) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais serão efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** não serão reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes:** serão incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não serão, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota;
- **Provisões:** serão reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma

saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela administração serão contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do fechamento de balanço.

j) Demais ativos e passivos

Demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do fechamento de balanço.

k) Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério “pro rata” dia para as despesas e receitas de natureza financeira.

3 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional

	dez/22	dez/21
Disponibilidades		
Depósitos bancários	37	73
Reservas livres	708	6
Total	745	79

4 Instrumentos financeiros

Os fundos de investimento estão classificados conforme abaixo:

	Vencimento	Hierarquia do valor justo	dez/21	Valor de custo
Títulos para negociação				
Carteira própria				
Cotas de fundos de renda fixa	Sem vencimento	Nível 1	315	315
Cotas de fundos em direitos creditórios	Sem vencimento	Nível 1	831	831
Total			1.146	1.146

Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

5 Operações de crédito

As operações de crédito estão compostas pelas seguintes modalidades:

	dez/22	dez/21
Empréstimos e títulos descontados	1.631	1.608
CCBs (a)	1.631	1.608
Total	1.631	1.608

- a) A operação foi realizada com a devedora Trinus Co. Participações S.A. com garantia de aval pela TG Core Asset Ltda. O montante do empréstimo foi de R\$ 1.600 com prazo de vencimento de 90 dias contados a partir da emissão, possui uma remuneração pré fixada de 14,65% a.a.

A carteira de crédito e provisão para crédito por nível de risco estão assim distribuídas:

Nível de risco	dez/22		dez/22	
	Valor contábil	%	Valor provisão	%
AA	1.631	100%	-	100%
Total	1.631		-	

Nível de risco	dez/21		dez/21	
	Valor contábil	%	Valor provisão	%
A	1.608	100%	(8)	100%
Total	1.608		(8)	

Os segmentos/ramos estabelecidos na classificação da carteira de crédito estão assim representados:

Ramo	dez/22	
	Parcelas a vencer	Total
Serviço	Até 3 meses 1.631	1.631
Total	1.631	1.631

Ramo	dez/21	
	Parcelas a vencer	Total
Serviço	Até 3 meses 1.608	1.608
Total	1.608	1.608

Abaixo estão apresentadas as movimentações das provisões para operações de crédito:

	dez/22
Saldo inicial	(8)
Adições	-
Baixas/reversões	(8)
Saldo final	-

6 Depósitos

	dez/22	dez/21
Depósitos		
Depósitos e outros instrumentos financeiros passivos	487	4
Total	487	4

7 Outros passivos

	dez/22	dez/21
Fiscais e previdenciárias	9	5
Impostos e contribuições sobre salários	2	4
Demais impostos a recolher	7	1
Diversas	59	55
Despesas de pessoal	11	10
Outras despesas administrativas	48	45
Total	68	60

8 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 4.600 (R\$ 3.000 em dez/21), está representado por 4.600 (3.000 em dez/21) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Desse montante o valor de R\$ 1.600 está em processo de aprovação de aumento de capital junto ao Bacen.

Em 4 de janeiro de 2021, o Banco Central do Brasil – BACEN, emitiu o Comunicado nº 121000098–BCB/Deorf/Geral e publicou no Diário Oficial nº 1 de 4.1.2021, Seção 3, página 30 a autorização para funcionamento.

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de março de 2022 a administração aprovou: i) aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 1.600 mediante emissão de 1.600 ações ordinárias; ii) nova redação do estatuto social e demais termos nele descritos. O processo permanece em análise pelo Banco Central do Brasil na data base de 31 de dezembro de 2022.

b) Reservas de lucros

O Lucro líquido do exercício anual terá as seguintes destinações:

- (i) 5% à constituição de reserva legal, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social.
- (ii) Pagamento de dividendos, que de acordo com o estatuto social é assegurado aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.
- (iii) O saldo terá a destinação que a Assembleia Geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará ao pagamento de dividendos ou reforço de capital, até que atinja o limite definido na legislação em vigor.

As destinações dos lucros são realizadas no encerramento do exercício social.

c) Política de distribuição de dividendos

Conforme parágrafo 6º do Estatuto Social a Companhia distribuirá, por deliberação da Diretoria, como dividendo mínimo obrigatório a todas as ações, em cada exercício social, quantia equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76.

d) Resultado por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias	(463)	(232)
Média ponderada das ações no período	4.306	3.000
Resultado por ação - básico e diluído	(0,1075)	(0,0773)

9 Resultado de operações de crédito

	<u>2ºsem/22</u>	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Rendas com empréstimos	31	36	8
Provisão para operações com empréstimos	-	-	(8)
Total	31	36	-

10 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	<u>2ºsem/22</u>	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Rendas com títulos e valores mobiliários	52	121	49
Total	52	121	49

11 Outras despesas administrativas

	<u>2ºsem/22</u>	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Despesas com serviços técnicos especializados	(15)	(27)	(5)
Despesas com processamento de dados (a)	(349)	(556)	(169)
Despesas com serviços de terceiros	(80)	(95)	(47)
Outras despesas	(8)	(22)	(23)
Total	(452)	(700)	(244)

(a) Composto por despesas em infraestrutura principalmente com despesas com software para preparação operacional da Companhia.

12 Despesas com pessoal

	<u>2ºsem/22</u>	<u>dez/22</u>	<u>dez/21</u>
Despesas com pessoal – proventos	(69)	(152)	(20)
Despesas com pessoal – encargos	(22)	(47)	(7)
Despesas com pessoal – benefícios	(18)	(31)	(6)
Total	(109)	(230)	(33)

13 Imposto de renda e contribuição social

	dez/22	
	IRPJ	CSLL
Apuração do IR e CSLL		
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	(752)	(752)
Base de cálculo de IR e CSLL	(752)	(752)
Adições / (exclusões)	(8)	(8)
Reversão de provisões contingenciais	(8)	(8)
Lucro Real	(760)	(760)
Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR	-	-
Encargos de 20% de CSLL	-	-

	dez/21	
	IRPJ	CSLL
Apuração do IR e CSLL		
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	(232)	(232)
Base de cálculo de IR e CSLL	(232)	(232)
Adições / (exclusões)	8	8
Reversão de provisões contingenciais	8	8
Lucro Real	(224)	(224)
Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR	-	-
Encargos de 20% de CSLL	-	-

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 906 não contabilizados.

14 Operações com partes relacionadas

A Companhia mantém as seguintes operações com suas partes relacionadas:

14.1 Depósitos bancários com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui montantes com partes relacionadas conforme abaixo:

	dez/22		
	Ativo	Passivo	Resultado
Operações de crédito	1.631	-	31
Empréstimos a terceiros – Trinus Co.	1.631	-	31

	dez/21		
	Ativo	Passivo	Resultado
Depósitos em conta corrente	71	-	-
Depósitos bancários – Trinus DTVM	71	-	-
Operações de crédito	1.608	-	8
Empréstimos a terceiros – Trinus Co.	1.608	-	8

14.2 Remuneração aos administradores e acionistas

A remuneração dos administradores é baseada nas melhores práticas de mercado obtida por meio de pesquisa de mercado setoriais e entidades sindicais, devendo ser proposta pelo comitê de remuneração, observado o disposto no Estatuto social da Companhia, onde, após proposta, será submetida à assembleia geral para aprovação.

Os administradores quando do efetivo exercício de suas funções, poderão receber remuneração a título de pró-labore, estabelecida de comum acordo entre os Sócios e salários quando não constantes no quadro acionário. Não houve pagamentos de remuneração a diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

15 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível, classificados com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda provável, são provisionadas na Rubrica “Outras obrigações”. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui processos contingenciais que precisam ser provisionados e / ou divulgados.

16 Gestão de risco

A Companhia tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações. O monitoramento do risco de capital ocorre constantemente e é realizado com apoio do software Risk Driver Basileia III.

Os riscos à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria, acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais. Os limites operacionais apresentados pela Trinus SCD estão contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro apresentado pela Trinus DTVM, em 31 de dezembro de 2022 o indicador foi de 171,96% (o indicador é único para o conglomerado Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.).

17 Eventos subsequentes

A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de aprovação pela diretoria, sendo que entre 31 de dezembro de 2022 e essa data, não ocorreram eventos que necessitam divulgação.